

Con. Brant

2 • Jornal de Brasília

28 FEV 1990

Opini

As duas moedas

A forte pressão exercida no momento sobre o futuro governo visando a levá-lo a preservar o máximo possível da atual forma de gestão da dívida pública interna é, em essência, a luta das elites pela preservação dos seus privilégios. É nessa área, precisamente, que se concentram hoje os instrumentos mais perversos de dominação através dos quais se amplia a distância entre os ricos e os pobres no País. É curioso, aliás, que o presidente José Sarney, cujo governo se diz inspirado no slogan "tudo pelo social", haja protagonizado a mais anti-social e cruel política monetária da história do País, aquela que criou moedas diferentes para o rico e o pobre, a primeira corrigida diariamente no *overnight* e nas contas remuneradas e a última degenerada também diariamente no seu poder de compra.

De fato, a moeda do rico, aquela que pode ir para o *overnight* ou para as contas remuneradas, porque não é necessária ao consumo imediato, goza do privilégio de ter seu poder de compra preservado por remuneração paga pelo governo; a moeda do pobre, o salário, sofre perda diária de poder aquisitivo durante os 30 dias que decorrem do reajustamento ao recebimento. Essa duplicidade monetária, verdadeiramente perversa, é a forma engenhosa que a atual equipe econômica inventou para perpetuar e ampliar o poder das elites.

Qual a lógica que faz com que o governo pague remuneração de depósitos à vista nos bancos? Que sentido tem isto?

A lógica evidente, à falta de melhor explicação, é transferir renda da sociedade para os bancos, já que estes, mais ain-

da do que os depositantes, são os beneficiários privilegiados dessa política. Aplicando a totalidade da moeda depositada no *overnight*, mas pagando aos titulares das contas taxas que variam de 15 a 95%, os bancos apropriam-se de uma renda socialmente injusta, porque foi paga pelo governo e porque não constitui retribuição a qualquer investimento ou trabalho. Se alguma remuneração deve ser devida a depósitos à vista esta deveria ser paga pelos bancos, com seus próprios recursos, não pelo governo.

A sociedade espera que o novo governo ponha fim a essa orgia, separando moeda de poupança. Poupança deve ser remunerada, moeda não, porque esta não tem função econômica, não tem qualquer papel no processo de reprodução da riqueza. O melhor modo de fazê-lo é substituir as LFT por um mix de papéis de prazos diversos cujo prazo médio não seja inferior a 30 dias. Poupança inferior a 30 dias deixa de ser poupança para converter-se em moeda, um instrumento de troca.

É claro que, quanto isto não seja bastante, a mudança terá forte influência no sentido da queda da inflação. O capital de giro das empresas voltará ao circuito da produção, reativando-a, ao invés de ficar estacionado nos bancos obtendo remuneração socialmente não reprodutiva. E os bancos poderão ser estimulados a voltar ao seu papel na economia, que é o de apoiar a produção, financiando-a, ao invés de protagonizarem esse milagre diário da transformação através do qual moeda cria moeda sem passar pelo processo produtivo. Mas passando, é claro, pela falência do Estado e dos segmentos sociais não afluentes.